

450

QUESTÕES

COM RESPOSTAS

UNEB
E OUTRAS INSTITUIÇÕES



SÓ 
QUESTÕES

PM-BA

OFICIAL (CFO)

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Língua Inglesa
- ▶ Matemática
- ▶ Informática
- ▶ Ciências Humanas
- ▶ Direito Constitucional
- ▶ Direitos Humanos
- ▶ Direito Administrativo
- ▶ Direito Penal
- ▶ Direito Processual Penal
- ▶ Direito Penal Militar
- ▶ Direito Processual Penal Militar



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





PM-BA

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA

GABARITANDO
450 Questões Gabaritadas
OFICIAL (CFO)

DE ACORDO COM O ÚLTIMO EDITAL

CÓD: OP-094AB-26
7908403592012

ÍNDICE

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Língua Inglesa	37
3. Matemática	63
4. Informática.....	71
5. Ciências Humanas	79
6. Direito Constitucional	91
7. Direitos Humanos	105
8. Direito Administrativo.....	119
9. Direito Penal	133
10. Direito Processual Penal	145
11. Direito Penal Militar	159
12. Direito Processual Penal Militar.....	171

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (FCC - 2025)

Interativo demais

Antigamente, os escritores eram admirados apenas pelo que publicavam em livros e revistas. Quando algum leitor gostava muito do que havia lido e queria compartilhar com alguém, dava o livro de presente ou emprestava o seu. O conteúdo mantinha-se preservado, assim como seu autor. Ninguém divulgava um texto de Somerse Maugham como sendo de Virgínia Woolf, ninguém infiltrava parágrafos do Rubem Braga num texto do Sartre, ninguém criava novos finais para os poemas de Cecília Meireles. O escritor e sua obra eram respeitados, e os leitores podiam confiar no que estavam consumindo.

*Além disso, artistas de cinema, músicos e esportistas eram mitos a cuja intimidade não se tinha acesso. Marilyn Monroe, Frank Sinatra e Ayrton Senna entregavam ao público o que prometiam - sua arte - e o resto era especulação. **Mais tarde pipocavam biografias, saciando a curiosidade do público**, mas o legado desses ícones se manteve para sempre incorruptível: eram os donos legítimos de sua imagem, de sua voz e de suas palavras.*

Era uma época em que aceitávamos pacificamente nossa condição de plateia, até que se inventou o conceito de interatividade e as ferramentas para exercê-la. Por um lado, a sociedade se democratizou, todos passaram a ser ouvidos, diminuiu a distância entre patrões e empregados, produtores e consumidores: as relações ficaram mais funcionais; por outro, o uso dessas ferramentas acabou envolvendo para a maledicência e a promiscuidade virtual. Hoje ninguém consegue mais ter controle sobre sua imagem ou seu trabalho. Um ator de televisão diz "oi" para uma amiga na rua e na manhã seguinte correm notícias de que estão de casamento marcado. Uma cantora cancela um show porque está afônica e logo surge o boato de que tentou suicídio. Um escritor publica um texto no jornal e três segundos depois o mesmo texto está na internet, atribuído a Toulouse-Lautrec, que nem escritor foi.

(Adaptado de Martha Medeiros. A graça da coisa. L &PM Editores. 2013)

Na frase *Mais tarde pipocavam biografias, saciando a curiosidade do público*, a forma verbal *pipocavam* expressa

- (A) uma hipótese não realizada, expressando irrealidade do fato.
- (B) uma atividade subordinada à ideia de simultaneidade com o presente.
- (C) um comportamento que começou no passado e se estende até o presente.
- (D) um processo pontual e concluído no passado, reforçando o aspecto factual.
- (E) uma ação habitual, coerente com a ideia de algo recorrente no tempo.

2. (FCC - 2024)

Considere a tirinha Bichinhos de jardim.



(Disponível em: <https://bichinhosdejardim.com>)

O futuro do pretérito, no contexto apresentado, foi usado para referir

- (A) uma situação hipotética, associada a uma condição que, se não for cumprida, pode impedir sua realização.
- (B) um fato passado, anterior a outro fato também ocorrido no passado.
- (C) um fato futuro em relação ao momento presente.
- (D) uma situação hipotética que não se realizará no futuro.
- (E) um fato concluído no passado.

3. (FCC - 2024)

Atenção: Para responder a questão a seguir, leia o trecho de *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos.

A família estava reunida em tino do fogo, Fabiano sentado no pilão caído, sinha Vitória de pernas cruzadas, as coxas servindo de traveseiros aos filhos. A cachorra Baleia, com o traseiro no chão e o resto do corpo levantado, olhava as brasas que se cobriam de cinza.

Estava um frio medonho, as goteiras pingavam lá fora, o vento sacudia os ramos das catingueiras, e o barulho do rio era como um trovão distante.

Fabiano esfregou as mãos satisfeito e empurrou os tições¹ com a ponta da alpercata. As brasas estalaram, a cinza caiu, um círculo de luz espalhou-se em redor da trempe² de pedra, clareando vagamente os pés do vaqueiro, os joelhos da mulher e Os meninos deitados. De quando em quando estes se mexiam, porque O lume era fraco e apenas aquecia pedaços deles. Outros pedaços esfriavam recebendo o ar que entrava pelas rachaduras das paredes e pelas gretas³ da janela. Por isso não podiam dormir. Quando iam pegando no sono, arrepiavam-se, tinham precisão de vira-se, chegavam-se à trempe e ouviam a conversa dos pais. Não era propriamente conversa: eram frases soltas, espaçadas, com repetições e incongruências. Às vezes uma interjeição gutural dava energia ao discurso ambíguo. Na verdade nenhum deles prestava atenção às palavras do outro: iam exibindo as imagens que lhes vinham ao espírito, e as imagens sucediam-se, deformavam-se, não havia meio de dominá-las. Como os recursos de expressão eram minguaos, tentavam remediar a deficiência falando alto.

Fabiano tornou a esfregar as mãos e iniciou uma história bastante confusa, mas como só estavam iluminadas as alpercatas dele, o gesto passou despercebido. O menino mais velho abriu os ouvidos, atento. Se pudesse ver o rosto do pai, compreenderia talvez uma parte da narração, mas assim no escuro a dificuldade era grande. Levantou-se, foi a um canto da cozinha, trouxe de lá uma braçada de lenha.

LÍNGUA INGLESA

1. (2025)

Text I

Cybersecurity risk: time for auditors to take heed?

The global interest in cybersecurity is growing. As we move into the cyber age, technology has become a huge part of both our everyday lives and today's business environment, as more and more businesses increase their online presence and digital exposure by leveraging technology for almost every aspect of their business. But just as technology presents opportunities to many businesses, it also presents threats and challenges. Over the years, cyber attacks have continued to occur, escalating in frequency, severity and impact. These incidents have impacted every industry from financial services to retailers, entertainment and healthcare providers.

[...]

Perhaps due to its constantly evolving nature, cybersecurity risk remains complex and abstract to many. There may also be a perception that cybersecurity risk is not relevant to small businesses, hence, cybersecurity risk may not have been considered and addressed in all financial statements audits. But let us think about this: risk assessment is a crucial part of audit planning and auditors are required under the auditing standards to obtain an understanding of business risks that may result in risks of material misstatement of the financial statements. Just as auditors would consider an entity's business risks in a financial statements audit, cybersecurity risk is an equally important risk area that cannot be ignored. Perhaps even more so, given the broad extent to which cyber attacks can cause fundamental enterprise-wide damage to organisations, and for some attacks, even a huge impact to the financial statements. Cybersecurity risk is hence an essential consideration in any financial statements audit.

Adapted from : <https://charteredaccountant-worldwide.com/cybersecurity-risk-time-for-auditors-to-take-heed/>

The objective of Text I is to

- (A) detail a plan.
- (B) place a complaint.
- (C) spread some panic.
- (D) provide an argument.
- (E) change some instructions.

2. (UNEB - 2025)

Read the short excerpt below and answer the question that follows:

"During the annual cultural festival, students and teachers alike participated in activities ranging from traditional dances to interactive art exhibitions. Some students even created visual posters without any text, relying solely on symbols and colors to convey powerful social messages. Each participant's display represented a unique perspective on community and collaboration."

Based on the excerpt, which statement most accurately reflects both the verbal and non-verbal elements mentioned, as well as the use of possessive forms and indefinite pronouns?

- (A) The teachers' performances were not included in the festival, except for a single dance routine.
- (B) Some students showcased purely symbolic posters, indicating their messages without written words.
- (C) No indefinite pronouns were used to describe the participants, focusing on exact identities only.
- (D) The posters lacked all artistic symbols, thereby confusing most viewers about their main purpose.
- (E) Each participant's display was solely verbal, making the festival rely on reading comprehension.

3. (2025)**TEXT IV****Assessment for Young Learners in the English Language Classroom**

All forms of assessment have an impact on school and classroom culture – it can drive what is taught and how. The process and outcomes of assessment also affect both the teachers' and the learners' understanding and experience of learning. Our most common understanding of assessment is that it summarises attainment. This has an especially strong focus in education where summative assessments, the achievement tests that typically occur at the end of an instructional programme, have guided the emphasis in curricula. In true terms, however, assessment is the process of collecting and interpreting evidence to make judgements about a learner's performance. Thinking about the process in this way allows teachers to gather evidence as an ongoing activity during the learning programme and, as a result, to identify strengths and weaknesses that inform future classroom content. This formative approach, where assessment forms part of the learning cycle, is able to capture more detailed and nuanced data about a learner's performance than the broader brush stroke of a summative score and consequently supports deeper and more consequential learning. More importantly, there is an influential argument that, in education, we should not even be doing assessment unless it has an impact on learning, and this goes to the heart of the purposes of assessment.

Adapted from: https://www.cambridge.org/us/files/9516/0217/6403/CambridgePapersInELT_AssessmentForYLS_2020_ONLINE.PDF

As regards Text **IV**, analyse the assertions below:

- I.** Assessment should be dissociated from the learning process.
 - II.** Summative evaluations tend to overlook details.
 - III.** Achievement tests must take place at the beginning of the year.
- Choose the correct answer.
- (A) Only **I** is correct.
 - (B) Only **II** is correct.
 - (C) Only **III** is correct.
 - (D) Both **I** and **II** are correct.
 - (E) All three assertions are correct.

4. (2025)**The importance of assessing the social and economic impacts of environmental policies**

Policymakers face the challenge of supporting both inclusive and sustainable economic development and a healthy environment. While the most desirable policy outcome is one that achieves the greatest environmental benefits while also advancing socio-economic goals, it is important for policymakers to fully understand the possible trade-offs between these objectives. A better understanding of the broader impacts of environmental policies is crucial to mitigate their adverse effects on competing goals, especially as countries are faced with the arduous task of responding to mounting environmental challenges in economically turbulent times.

Governments are under pressure to scale up and accelerate their ambition on climate and environmental goals. But in taking such action forward, they have to carefully navigate a number of headwinds. These include the long-term impacts of the COVID-19 pandemic on both the economy and society, cost-of-living crisis, political tensions and geopolitical crises such as the Russian invasion of Ukraine. Low-income people and the poorest economies are the hardest hit, primarily due to the steep increases in the price of energy and food.

The level of environmental policy stringency can have an impact on a variety of policy outcomes. Empirical research is crucial to shed light on these interlinkages. Previous research has shown that more stringent environmental policy has achieved significant environmental benefits with little aggregate effect on economic performance. However, localized effects may generate winners and losers, with significant losses for certain sectors, firms or individuals and benefits for others. Nonetheless, at present, the empirical evidence on these distributional aspects is still scarce, despite its crucial role in supporting good policy design. More than ever, regulators need better tools and insights to assess the consequences of environmental policies on the economy and on social outcomes.

Adapted from the brochure downloaded from <https://www.oecd.org/en/topics/social-and-economic-impacts-of-environmental-policies.htm>

Analyse the statements below based on the text:

- I.** In working towards their environmental goals, governments may meet some hurdles.

MATEMÁTICA

1. (UNEB - 2025)

Em estatística, a média aritmética é uma medida de tendência central amplamente utilizada para resumir um conjunto de dados. Considerando os números 10, 15, 20 e 25, qual é a média aritmética desse conjunto?

- (A) 15.
- (B) 20.
- (C) 17,5.
- (D) 30.
- (E) 25.

2. (UNEB - 2025)

Durante uma pesquisa estatística, um analista precisa calcular a média dos valores coletados em um experimento. Os números registrados foram 5, 10, 15 e 20. Qual é a média desses valores?

- (A) 12,5
- (B) 20
- (C) 17,5
- (D) 10
- (E) 15

3. (UNEB - 2023)

Atendimentos	Frequência
Acidentes de trânsito	20
Desastres naturais	05
Desmorações de edifícios	02
Afogamento e salvamento em grande escala	10
Combate a incêndio urbano	18
Combate a incêndio florestal	05

O quadro apresenta o número de atendimentos em uma determinada cidade.

Nessas condições, pode-se afirmar que os respectivos valores da amplitude e do desvio padrão são, aproximadamente,

- (A) 5 e 46,3
- (B) 12 e 6
- (C) 15 e 36
- (D) 18 e 6,8
- (E) 20 e 2,5

4. (UNEB - 2023)

No período natalino é comum a venda de árvores de natal feitas de pinheiro natural ou mesmo artificial (feita de plástico e com várias cores diferentes). Considere que um artesão resolveu incrementar sua produção investindo R\$ 795,00 na compra de matéria-prima para confeccioná-las ao preço de custo de R\$ 20,00 a unidade.

Com a intenção de vender cada árvore ao preço de R\$ 35,00, o número mínimo de árvores que ele deverá vender é:

- (A) 15
- (B) 23
- (C) 35
- (D) 53
- (E) 54

5. (UNEB - 2025)

Durante uma festa de aniversário, um bolo foi dividido para os convidados. Uma pessoa comeu $\frac{2}{3}$ do bolo, aproveitando bastante o doce. Em seguida, ela resolveu compartilhar $\frac{1}{4}$ da parte restante com um amigo que também queria provar. Considerando essas ações, qual fração do bolo ainda não foi consumida ao final?

- (A) $\frac{1}{4}$.
- (B) $\frac{1}{5}$.
- (C) $\frac{1}{9}$.
- (D) $\frac{1}{6}$.
- (E) $\frac{1}{12}$.

6. (UNEB - 2025)

Os números podem ser divididos em diferentes conjuntos, como naturais, inteiros, racionais, irracionais e complexos. Cada conjunto possui características próprias: os números racionais, por exemplo, são aqueles que podem ser expressos como uma fração de dois inteiros. Entre os números apresentados: $\sqrt{2}$, $-\sqrt{5}$, $7/3$ e $2 + i$, identifique aquele que pertence ao conjunto dos números racionais.

- (A) $7/3$.
- (B) $\sqrt{2}$.
- (C) $2+i$.
- (D) $-\sqrt{5}$.
- (E) i .

7. (UNEB - 2025)

Os conjuntos numéricos abrangem diferentes classificações, como naturais, inteiros, racionais e irracionais, cada um com características distintas que os definem. Com base nessa divisão, identifique a alternativa que apresenta um número pertencente ao conjunto dos números irracionais.

- (A) $2+3i$
- (B) $1/2$
- (C) -3
- (D) 8
- (E) $\sqrt{2}$

8. (UNEB - 2023)

Dois terrenos A e B foram divididos em lotes. O terreno A foi dividido em 4 lotes e o terreno B foi dividido em 3 lotes. Sobre o terreno A pode-se afirmar que: o primeiro lote corresponde a um retângulo cuja medida do seu comprimento corresponde ao quadrado da medida do comprimento da sua largura; o segundo lote corresponde a um retângulo cuja medida da sua largura corresponde ao quadrado da medida do seu comprimento; o terceiro lote tem como medida do seu comprimento ao triplo da medida do comprimento do primeiro lote e como medida da sua largura a mesma medida do comprimento do segundo lote; e o quarto lote tem como medida do seu comprimento a mesma medida da largura do segundo lote e como medida da sua largura o triplo da medida da largura do primeiro lote. Sobre o terreno B pode-se afirmar que: o primeiro lote corresponde a um quadrado cuja medida do lado corresponde a mesma medida do comprimento do segundo lote do terreno A;

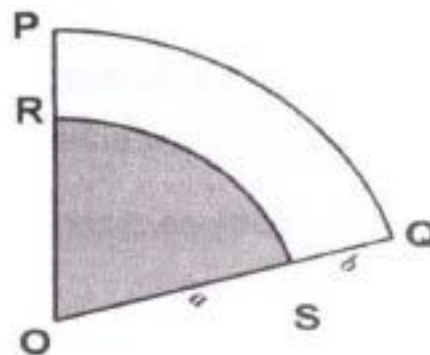
o segundo lote corresponde a um quadrado cuja medida do lado corresponde a mesma medida da largura do primeiro lote do terreno A; e o terceiro lote é um retângulo cujo comprimento é o dobro da medida do comprimento do segundo lote do terreno A e a largura corresponde a mesma medida da largura do segundo lote do terreno B.

Sabendo-se que a razão entre as áreas do terreno A e do terreno B é 15, que as medidas das larguras do primeiro lote do terreno A e do primeiro lote do terreno B são diretamente proporcionais a 2 e 3, pode-se concluir que

- (A) a largura do segundo lote e o comprimento do primeiro lote do terreno B medem, respectivamente, 2 e 3 metros.
- (B) o comprimento do primeiro lote e a largura do segundo lote do terreno A medem, respectivamente, 2 e 3 metros.
- (C) o comprimento do primeiro lote e a largura do segundo lote do terreno A medem, respectivamente, 6 e 9 metros.
- (D) a largura do primeiro lote do terreno B e a largura do segundo lote do terreno A medem, respectivamente, 6 e 15 metros.
- (E) a largura do primeiro lote do terreno B e o comprimento do segundo lote do terreno B medem, respectivamente, 9 e 6 metros.

9. (UNEB - 2023)

Considere-se que o setor circular $P\hat{O}Q$ ilustrado tenha raio de 5cm e que os segmentos $a(\overline{OS})$ e $b(\overline{SQ})$ sejam diretamente proporcionais a 2 e 1, respectivamente, conforme figura.



A razão entre as áreas formadas pelo setor circular $P\hat{O}Q$ e o setor circular $R\hat{O}S$ é:

INFORMÁTICA

1. (2025)

Os sistemas de arquivos são essenciais para organizar, armazenar e gerenciar dados em dispositivos de armazenamento. Cada sistema de arquivos possui características específicas que determinam sua compatibilidade, desempenho e capacidade de armazenamento. Assinale a opção que corretamente associa um sistema de arquivos a sua característica principal.

- (A) O sistema de arquivos FAT32 suporta tamanhos de arquivos superiores a 4 GB e é amplamente utilizado em unidades modernas.
- (B) O sistema de arquivos NTFS oferece suporte a permissões de arquivo baseadas em ACLs (Access Control Lists) e compressão nativa.
- (C) O sistema de arquivos EXT2 introduziu o recurso de journaling para maior resiliência contra falhas.
- (D) O sistema de arquivos HFS foi projetado exclusivamente para dispositivos móveis e não é usado em computadores pessoais.
- (E) O sistema de arquivos VFAT é uma extensão do FAT32 que suporta criptografia de arquivos.

2. (2022)

No Windows, a desconexão de um pen drive deve ser cuidadosa, e a operação de “Remover Hardware e Ejetar Mídia com Segurança” é recomendada, apesar de configurações que possam mitigar riscos de danos.

Assinale a razão desse procedimento.

- (A) Abortar eventuais operações em curso.
- (B) Destruir o pen drive mecanicamente.
- (C) Evitar interromper eventuais operações de escrita em curso.
- (D) Evitar sobrecarga elétrica no pen drive.
- (E) Sinalizar para o Windows a disponibilidade da conexão USB.

3. (2025)

A funcionalidade do Windows 11 que permite distribuir as janelas na tela em layouts predefinidos, por exemplo, em colunas, grades ou áreas de maior e menor destaque, permitindo aproveitar o espaço da tela de maneira otimizada, é a

- (A) Windows Badges.
- (B) Snap Layouts.
- (C) Microsoft Grid Layout.
- (D) Azure Cortana.
- (E) Windows Copilot.

4. (2025)

Uma empresa quer impedir que usuários desinstalem aplicativos críticos. Nesse caso, o recurso do Painel de Controle do Windows 10/11 que deve ser configurado, é

- (A) Gerenciador de Dispositivos.
- (B) Contas de Usuário.
- (C) Programas e Recursos.
- (D) Firewall do Windows.
- (E) Opções de Energia.

5. (2025)

Com relação ao recurso “Mala Direta” do MS Word 2010 (BR), avalie as afirmativas a seguir.

I. Permite importar dados de fontes como Excel, Access ou tabelas HTML.

II. Campos de mesclagem (ex: <<Nome>>) são inseridos via “Inserir Campo de Mesclagem”.

III. A pré-visualização de resultados exhibe dados reais antes da impressão/envio.

Está **correto** o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

6. (2025)

Ao finalizar a redação de um extenso relatório técnico no MS Word 2010 BR ou superior, um analista precisa garantir que o Anexo do documento inicie sempre em uma nova página e tenha uma formatação de rodapé diferente (por exemplo, numeração em algarismos romanos) em relação ao corpo principal do texto (que usa numeração em algarismos arábicos). Assinale o recurso de formatação de página que o analista deve utilizar para atingir o objetivo de iniciar o Anexo em uma nova página e permitir a alteração independente da formatação dos rodapés/cabeçalhos.

- (A) Quebra de linha (Shift + Enter).
- (B) Quebra de Página (Ctrl + Enter).
- (C) Quebra de Coluna.
- (D) Quebra de Seção – Próxima Página.
- (E) Quebra de Seção – Contínua.

7. (2025)

Uma Macro (sequência de comandos gravada) é uma poderosa ferramenta de automação. No entanto, ela pode ser um vetor de segurança e requer proteção contra visualização e edição não autorizada em ambientes controlados.

Considerando o MS Word 2010 BR ou superior e a arquitetura VBA comum ao Excel, a medida de segurança mais adequada para evitar que um usuário não autorizado visualize ou altere o código fonte de uma Macro armazenada em um documento é:

- (A) Definir uma senha de proteção para o documento na opção “Proteger Documento” na guia Revisão.
- (B) Habilitar o recurso “Controlar Alterações” para que todas as modificações no código da Macro sejam registradas.
- (C) Configurar a “Proteção do Projeto VBA” com uma senha específica, acessando as propriedades do projeto VBA no ambiente de edição.
- (D) Assinar digitalmente a Macro, garantindo apenas que sua origem seja confiável, mas não restringindo a visualização do código.
- (E) Marcar o arquivo como “Final” (Somente Leitura) nas propriedades do documento.

8. (2024)

No Microsoft Word 2016 BR (em Português), a opção para acessar o recurso “Colar Especial” está localizada na Guia

- (A) Arquivo.
- (B) Inserir.
- (C) Página Inicial.
- (D) Exibir.
- (E) Referências.

9. (2023)

Luana está elaborando um documento que precisa seguir as seguintes regras de formação:

Capa: sem numeração de página

Sumário: com numeração de página no formato i, ii, iii

Capítulos: com numeração de página no formato 1, 2, 3

Para dividir o documento e configurar os rodapés com diferentes formatações de número de página, o recurso do Microsoft Word que Luana deve usar é o(a):

- (A) Layout;
- (B) Classificar;
- (C) SmartArt;
- (D) Quebra de Seção;
- (E) Referência Cruzada.

10. (2025)

Com relação ao recurso de quebras oferecido pelo ícone “quebras” acessível a partir do menu “Layout” do MS Word 365, avalie as afirmativas a seguir.

I. A quebra de disposição marca o ponto em que uma página termina e a outra recomeça.

II. A quebra de coluna indica que o texto, após a quebra de coluna, começa na coluna seguinte.

III. A quebra de página do texto separa e destaca os textos órfãos ao redor dos objetos nas páginas Web.

Está **correto** o que se afirma em

- (A) **I**, apenas.
- (B) **II**, apenas.
- (C) **III**, apenas.
- (D) **I e II**, apenas.
- (E) **II e III**, apenas.

CIÊNCIAS HUMANAS

1. (FGV - 2023)

Uma das teorias mais contestadas da economia é a que, ao apregoar os riscos do crescimento populacional, ressaltava que ele poderia não ser acompanhado pelo desenvolvimento dos meios de subsistência. Afinal, segundo a perspectiva contemporânea ao surgimento dessa teoria, enquanto os primeiros crescem em progressão geométrica, os últimos crescem em progressão aritmética, o que conduziria à escassez de alimentos. A natalidade, principalmente dos mais pobres, haveria de ser controlada.

Essa teoria é conhecida como:

- (A) keynesianismo;
- (B) malthusianismo;
- (C) curva de Phillips;
- (D) terapia de choque;
- (E) tragédia dos comuns.

2. (FGV - 2024)

A gestão ambiental é uma preocupação cada vez mais presente nas organizações do agronegócio. Para isso, essas empresas precisam adotar ferramentas de gestão ambiental eficazes, que permitam identificar, monitorar, avaliar e comunicar os seus desempenhos e riscos ambientais.

Associe as ferramentas de gestão ambiental no agronegócio (Coluna A) com suas respectivas descrições (Coluna B).

Coluna A:

- 1 Certificação ISO 1 - 4001
- 2 Análise do Ciclo de Vida (ACV)
- 3 Sistema de Gestão Ambiental (SGA)
- 4 Licenciamento Ambiental

Coluna B:

() Processo que avalia os impactos ambientais de um produto ao longo de todo o seu ciclo de vida, desde a extração de matérias-primas até o descarte final.

() Normas internacionais que especificam os requisitos para um sistema de gestão ambiental eficaz, ajudando as organizações a melhorar seu desempenho ambiental.

() Procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente concede autorização para a instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais.

() Estrutura organizacional e procedimentos implementados para gerenciar os aspectos ambientais de uma empresa, incluindo a definição de objetivos e metas ambientais, implementação de planos de ação e monitoramento de resultados.

A sequência correta da associação é:

- (A) 1, 2, 3, 4.
- (B) 2, 1, 4, 3.
- (C) 2, 1, 3, 4.
- (D) 3, 4, 1, 2.
- (E) 4, 3, 1, 2.

3. (FGV - 2024)

Uma das táticas ou meios mais discutidos no momento para se buscar a sustentabilidade é a agenda ESG - *Environmental, Social and Governance* (ASG em português, sigla para Ambiental, Social e Governança) que, em resumo, significa a aplicação de uma série de medidas, respeitando requisitos ambientais, sociais e de governança. As ações relacionadas a ESG estão no topo das discussões em todos os setores da economia, incluindo o Agronegócio.

A respeito das práticas de ESG no agronegócio, analise as afirmações a seguir:

I. Práticas de ESG no agronegócio têm foco no desenvolvimento de tecnologias de ponta, principalmente para proteção do ambiente, com pouco impacto direto sobre a força de trabalho local.

II. A certificação de sustentabilidade, como a *Rainforest Alliance*, assegura que as práticas agrícolas são ambientalmente responsáveis e socialmente justas.

III. A adoção de tecnologias de irrigação eficiente e de práticas de conservação do solo contribuem para a gestão sustentável dos recursos hídricos e terrestres.

IV. O trabalho a partir de práticas ESG costumam incluir, entre outras técnicas, a adoção de

AMOSTRA

práticas agrícolas convencionais mais intensivas, que aumentam os lucros do agricultor a curto prazo.

As afirmativas que apresentam corretamente práticas ESG e suas consequências ao agronegócio correspondentes, são:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

4. (FGV - 2024)

O estudo do movimento da água sobre o solo identifica a importância da Hidrologia de superfície para o escoamento d'água nos canais de drenagem de uma bacia hidrográfica. O escoamento fará parte do ciclo hidrológico que representa o conjunto de processos físicos entre uma precipitação e o escoamento superficial.

Avalie se tais processos incluem:

- I. precipitação.
- II. interceptação.
- III. infiltração.
- IV. escoamento superficial.

Estão **corretos** os processos:

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

5. (FGV - 2024)

As reservas extrativistas desempenham um papel fundamental na promoção da pesca sustentável, permitindo que as populações tradicionais pratiquem a pesca de forma a garantir a conservação dos recursos marinhos e a proteção de seus meios de vida.

A pesca nessas áreas é regulamentada visando a sustentabilidade, e a gestão participativa é incentivada, permitindo que os pescadores adotem comportamentos de pesca mais sustentáveis.

Considerando esse contexto, as reservas extrativistas, per si, podem influenciar a organização social no setor pesqueiro

- (A) implementando sistemas de cogestão entre governo, comunidades pesqueiras e setor privado nas reservas extrativistas.
- (B) promovendo o intercâmbio de conhecimentos

entre pescadores tradicionais e cientistas.
(C) restringindo o acesso dos pescadores tradicionais às áreas de pesca.

(D) garantindo a sustentabilidade da pesca artesanal e o manejo adequado dos recursos naturais.

(E) estimulando a participação das mulheres nas atividades pesqueiras e na tomada de decisões comunitárias.

6. (FGV - 2023)

Tabela – Emissões de GEE e respectiva participação por setores no Brasil de 1990 a 2016 (Gt CO₂e)

Setores	1990	%	2016	%	Crescimento anual (%)
1 Energia	192,8	12,8	423,6	28,9	3,1
2 Processos industriais	53,6	3,5	93,4	6,4	2,2
3 Agropecuária	329,5	21,8	487,0	33,2	1,5
3.1 Fermentação entérica	213,7	14,2	282,7	19,3	1,1
3.2 Manejo do solo	14,3	0,9	22,6	1,5	1,8
3.3 Cultivo de arroz	7,0	0,5	8,4	0,6	0,7
3.4 Solos agrícolas	83,0	5,5	153,1	10,4	2,4
3.5 Queima de cultivos	1,7	0,1	0,5	0,0	-4,5
3.6 Calagem	9,1	0,6	15,8	1,1	2,1
3.7 Aplicação de ureia	0,6	0,0	3,9	0,3	7,2
4 Mudança no uso da terra e florestas	907,5	60,1	397,4	27,1	-3,1
5 Resíduos sólidos	26,2	1,7	66,0	4,5	3,6
Total das emissões líquidas	1509,6	100,0	1467,3	100,0	-0,1

Os países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) têm como um de seus compromissos a apresentação de seus Inventários Nacionais de Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Com base na Tabela, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

() A redução do desmatamento foi chave para promover a queda das emissões no setor de mudança no uso da terra e florestas.

() A mecanização da colheita de cana-de-açúcar contribuiu para reduzir as emissões de GEE dentro do setor agropecuário.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FGV - 2025)

Com o objetivo de obter recursos para a aquisição de determinado bem, Pedro celebrou contrato de cessão fiduciária em garantia, no qual transferiu, à instituição financeira que lhe disponibilizou os recursos necessários, a titularidade do bem adquirido.

O bem, no entanto, permaneceu em poder de Pedro. Em razão de atrasos no pagamento das prestações acordadas, Pedro recebeu uma notificação extrajudicial informando que a não quitação da dívida acarretaria a necessidade de devolver o bem que estava em seu poder, sendo que a negativa de devolução poderia causar a sua prisão.

Ao receber a notificação e analisar a sistemática vigente, Pedro concluiu corretamente que

- (A) pode ser preso, salvo se for pessoa idosa.
- (B) pode ser preso, caso se torne depositário infiel.
- (C) não pode ser preso, pois não há prisão civil por dívida.
- (D) não pode ser preso, considerando a natureza da dívida descrita no enunciado.
- (E) não pode ser preso, pois a prisão somente é admitida por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária.

2. (FGV - 2024)

José foi condenado por crime com base em prova obtida por meio de abertura de encomenda postada nos correios, feita sem autorização do juiz, em razão da existência de fortes suspeitas da prática de crimes.

Diante do exposto, é **correto** afirmar que a referida condenação

- (A) é nula, pois a garantia de sigilo também se aplica às encomendas postadas nos correios, que não podem ser abertas para a obtenção de provas, sem autorização judicial, mesmo quando houver fortes suspeitas da prática de crimes.
- (B) é nula, pois sem autorização judicial é ilícita a prova obtida mediante abertura de carta,

telegrama, pacote, encomenda ou qualquer meio análogo.

(C) é válida, pois é lícita a prova sempre que obtida por meio de abertura de encomenda, quando postada nos Correios, empresa de natureza pública, sem a necessidade de autorização do juiz.

(D) é nula, pois é ilícita a prova obtida em razão de violação ao sigilo das comunicações, direito fundamental absoluto previsto na Constituição.

(E) é válida, pois a garantia de sigilo não se aplica às encomendas postadas nos correios, que podem ser abertas para a obtenção de provas quando houver fortes suspeitas da prática de crimes, sem a necessidade de autorização judicial.

3. (FCC - 2022)

José e Jairo tiveram violado o mesmo direito líquido e certo em razão de abuso de poder de agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

Nesse caso, José e Jairo

(A) não poderão impetrar mandado de segurança coletivo, ainda que o direito violado não possa ser amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*.

(B) poderão impetrar mandado de segurança individual, ainda que o direito violado possa ser amparado por *habeas corpus*.

(C) poderão impetrar, conjuntamente, mandado de segurança coletivo, desde que o direito violado não possa ser amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*.

(D) não poderão impetrar mandado de segurança individual nem coletivo, pois, para isso, é necessário que o agente coator seja autoridade pública.

(E) poderão impetrar mandado de segurança individual ou coletivo, desde que o direito violado não possa ser amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*.

4. (FCC - 2025)

O direito à alimentação adequada:

(A) pode ser efetivado por meio da cobrança de anuidade relativa à alimentação por instituição pública de ensino profissional em regime de internato.

(B) é direito social estabelecido por Emenda Constitucional, considerando a regulamentação existente sobre o direito de ser alimentado no capítulo constitucional sobre a assistência social.

(C) integra o conceito de assistência social e é uma das ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na forma de benefício eventual.

(D) diz respeito a um direito do ser humano, sem previsão constitucional expressa, mas que pode ser deduzido do artigo 5º, §1º, e, por essa razão, é norma fundamental e constitucional.

(E) realiza-se por meio da segurança alimentar e nutricional, considerando a diversidade cultural e a sustentabilidade ambiental, cultural, econômica e social.

5. (FGV - 2025)

Ana e Maria nasceram no mesmo dia e decidiram que seguiriam a carreira política na República Federativa do Brasil. Ana nasceu no território francês no momento em que seus pais, de nacionalidade brasileira e russa, se encontravam a serviço de uma indústria de cosméticos. Ao completar 18 anos de idade, Ana se naturalizou francesa. Maria, por sua vez, nasceu no território brasileiro quando seus pais, de nacionalidade indiana, estavam trabalhando na embaixada espanhola, deixando o país logo em seguida. Tanto Ana como Maria completaram 19 anos ontem e passaram a residir em caráter definitivo no território brasileiro.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar, em relação à condição de elegibilidade consistente na nacionalidade brasileira, que:

(A) Ana e Maria são brasileiras natas.

(B) Ana pode optar pela nacionalidade brasileira, e Maria é brasileira nata.

(C) Ana e Maria são estrangeiras, devendo passar pelo processo de naturalização.

(D) Ana é estrangeira, devendo se naturalizar brasileira, e Maria é brasileira nata.

(E) Ana pode readquirir a nacionalidade brasileira, o que não depende de naturalização, e Maria é estrangeira.

6. (FGV - 2025)

Joana nasceu em território chinês quando seus pais, Marie, dinamarquesa naturalizada brasileira, e Johan, de nacionalidade alemã, trabalhavam em uma multinacional italiana ali instalada. Quando Joana completou 10 (dez) anos de idade, sua mãe perdeu a nacionalidade brasileira, o que se deu com estrita observância da sistemática constitucional. Ao completar 20 (vinte) anos de idade, Joana foi acusada de ter praticado um crime na China, o que a levou a fugir para o território brasileiro, onde fixou residência permanente. Dois anos após a sua chegada, o Estado chinês requereu a sua extradição.

Na situação descrita, é correto afirmar que Joana:

(A) é brasileira nata e não pode ser extraditada.

(B) é estrangeira e pode ser extraditada, salvo se optar pela nacionalidade brasileira.

(C) era brasileira nata, mas deixou de ostentar essa condição, pois, ao atingir a maioridade, nenhum de seus genitores tinha a nacionalidade brasileira.

(D) pode requerer sua naturalização como brasileira, o que obstará sua extradição, salvo se o crime praticado for o tráfico ilícito de substâncias entorpecentes.

(E) pode requerer sua naturalização como brasileira, o que não obstará sua extradição, qualquer que seja o crime praticado em momento anterior ao seu requerimento.

DIREITOS HUMANOS

1. (FCC - 2024)

Documento que é considerado um marco na história dos direitos humanos e proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e nações,

(A) a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, enuncia uma gama de direitos e liberdades que não poderão, em nenhum caso, ser exercidos contrariamente às finalidades e aos princípios das Nações Unidas.

(B) o Pacto de São José da Costa Rica, de 1969, constitui uma Comissão e uma Corte de Direitos Humanos como órgãos competentes para conhecer dos assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados-Partes no Pacto.

(C) a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, estabelece que o exercício pelos indivíduos dos direitos e liberdades que enuncia só poderá ser limitado pela lei, exclusivamente com o fim de garantir o exercício dos direitos e liberdades dos outros.

(D) o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, de 1966 consigna que os Estados-Partes comprometem-se assegurar a homens e mulheres igualdade no gozo de todos os direitos econômicos, sociais e culturais que enumera.

(E) o Pacto de São José da Costa Rica, de 1969, prevê que nenhuma de suas disposições poderá ser interpretada de forma a excluir outros direitos e garantias inerentes ao ser humano ou decorrentes de forma democrática de governo.

2. (FGV - 2023)

Acerca da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes,

vedando-se a prática da poligamia.

() Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

() Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países, salvo em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) V - V - V.

(B) F - V - V.

(C) V - F - F.

(D) F - V - F.

3. (FGV - 2023)

A Declaração Universal dos direitos dos humanos completa 75 anos e sua importância na proclamação de diretrizes básicas dos direitos e liberdades de todos os seres humanos permanece.

Com relação às características dos direitos humanos, avalie as afirmativas a seguir.

I. São universais, uma vez que todas as pessoas têm direito a eles.

II. São indivisíveis, pois não há hierarquia entre eles.

III. São inalienáveis, em razão de que não podem ser tirados por outros, nem podem ser cedidos voluntariamente por ninguém.

IV. São interdependentes, posto que a realização plena de um direito depende, no todo ou em parte, da realização de outros.

Está correto o que se afirma em

(A) I, III e IV, apenas.

(B) I, II e III, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

4. (FGV - 2022)

Antônio e Pedro, estudiosos do Direito Internacional Público, travaram intenso debate a respeito da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), instituída pela Resolução nº 217A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948.

Por fim, alcançaram as seguintes conclusões:

I. a DUDH é um tratado internacional, integrando o direito internacional público convencional;

II. a DUDH é conceitualmente distinta do jus cogens, não influenciando no seu surgimento e não sendo por ele afetada;

III. a DUDH exorta a unidade dos direitos humanos, que devem ser observados tanto na dimensão das liberdades, como na perspectiva da fruição de direitos prestacionais.

Está correto o que se conclui em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I, apenas.
- (E) III, apenas.

5. (FCC - 2022)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, ainda que, como diz o nome, proclame direitos, também estabelece expressamente que todos os seres humanos têm deveres para com

(A) o planeta terra, para garantir condições de sobrevivência às gerações futuras.

(B) a pátria, espaço privilegiado de exercício da igualdade, fraternidade e liberdade.

(C) o Estado, por meio do qual as pessoas humanas têm preservados seus direitos.

(D) os povos estrangeiros, participando de ações solidárias sempre que sua dignidade esteja ameaçada.

(E) a comunidade fora da qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade não é possível.

6. (FCC - 2024)

De acordo com o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP), com relação aos “trabalhos forçados ou obrigatórios”, é correto afirmar que:

(A) serão assim considerados quaisquer trabalhos ou serviços forçados, ainda que façam parte das obrigações cívicas normais.

(B) serão assim considerados quaisquer serviços de caráter militar e, nos países em que se admite a isenção por motivo de consciência, quaisquer serviços nacionais que a lei venha a exigir daqueles que se oponham ao serviço militar por motivo de consciência.

(C) não serão assim considerados apenas os serviços exigidos em casos de calamidade e os trabalhos que fizerem parte das obrigações cívicas normais.

(D) não serão assim considerados quaisquer serviços exigidos em casos de emergência ou de calamidade que ameacem o bem-estar da comunidade.

(E) não serão assim considerados quando se tratar de cumprimento de pena de prisão, prevista na legislação de um país, imposta por um tribunal competente, sendo que as pessoas processadas não poderão receber tratamento distinto das condenadas, não podendo, como regra, delas serem separadas.

7. (FGV - 2024)

Sobre o Comitê de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, é correto afirmar que:

(A) tem por função a fiscalização do cumprimento do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e seus protocolos;

(B) sua jurisdição ainda não é reconhecida pelo Brasil;

(C) admite o recebimento de reclamações individuais;

(D) admite denúncias anônimas, desde que acompanhadas de provas robustas do alegado;

(E) não exige o esgotamento dos recursos internos disponíveis para o juízo de admissibilidade das denúncias.

8. (FCC - 2023)

A Organização das Nações Unidas adotou Protocolo Facultativo do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos sobre

(A) criação do Tribunal Penal Internacional

(B) abolição da pena de morte.

(C) aplicação de penas cruéis, desumanas ou degradantes.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (FCC - 2025)

A propósito dos atos administrativos, como instrumentos de manifestação de vontade da Administração Pública, destaca-se, quanto à validade

(A) a obrigatoriedade de estabelecimento de prazo para vigência e validade dos atos administrativos, não sendo admitido o estabelecimento de prazo indeterminado.

(B) que a vigência dos atos está necessariamente atrelada à sua validade, de forma que observados os requisitos de validade para edição do ato, este se tornará, imediatamente, vigente.

(C) que esta não depende, em todos os casos, de sua publicação, mas esta pode ser estabelecida como condição para eficácia dos mesmos.

(D) a possibilidade de ser decretada, a qualquer tempo, a invalidade dos atos jurídicos pela própria Administração Pública ou pelo Poder Judiciário.

(E) a possibilidade de anulação dos atos ser promovida pela própria Administração Pública, mediante critérios de oportunidade e conveniência, resguardando-se a produção de seus efeitos.

2. (FCC - 2022)

O representante legal de empresa privada que pretendia iniciar atividades em determinado município protocolou, em órgão estadual, requerimento conjunto de licenciamento urbanístico e licenciamento ambiental para as operações. O agente estadual, recentemente classificado na unidade, analisou o pleito e, ao final, deferiu o pedido e providenciou a emissão das respectivas licenças. Ocorre que posteriormente, em sede de correição, o superior hierárquico do agente identificou que a competência para a licença urbanística solicitada era municipal, cabendo ao Estado, naquele caso, somente a competência ambiental.

Diante dos fatos apresentados, a licença urbanística

(A) poderá ser revogada pelo superior hierárquico, diante do vício de competência.

(B) deverá ser convalidada pela autoridade municipal, em razão da teoria da aparência.

(C) apresenta vício de legalidade insanável, considerando que emitida por autoridade incompetente, integrante de outro ente federativo.

(D) é válida e regular, considerando que se trata de ato vinculado.

(E) deve ser revogada, caso a autoridade competente constate o não preenchimento dos requisitos legais necessários para a emissão.

3. (FCC - 2022)

Considere a seguinte notícia:

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o Estado pode determinar aos cidadãos que se submetam, compulsoriamente, à vacinação contra a Covid-19 prevista na Lei nº 13.979/2020. De acordo com a decisão, o Estado pode impor aos cidadãos que recusem a vacinação e as medidas restritivas previstas em lei (multa impedimento de frequentar determinados lugares, fazer matrícula em escola), mas não pode fazer a imunização à força. Também ficou definido que os estados, o Distrito Federal e os municípios têm autonomia para realizar campanhas locais de vacinação.

(Portal do STF. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br>, notícia publicada em 17/12/2020)

Nos termos da teoria dos atos administrativos, o STF, na decisão acima, afirmou que o ato administrativo que venha a impor a compulsoriedade vacinal é despidido do atributo da

(A) imperatividade.

(B) publicidade.

(C) exigibilidade.

(D) presunção de legitimidade.

(E) executoriedade.

AMOSTRA

4. (FGV - 2024)

Caio, grande apreciador de armas de fogo, perguntou ao seu irmão, policial militar, quais procedimentos deveria adotar para possuir um revólver, de forma regular, em seu domicílio. O agente da lei, então, explicou, detalhadamente, o caminho que deveria ser percorrido por Caio. Após a observância de todas as formalidades legais, a Administração Pública editou um ato administrativo, manifestando a concordância com o pedido formulado por Caio, autorizando-o a ter a posse de uma arma de fogo em seu domicílio.

Considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, está-se diante de um ato administrativo (de):

- (A) enunciativo;
- (B) ordinatório;
- (C) normativo;
- (D) controle;
- (E) negocial.

5. (FGV - 2024)

Matheus, após preencher os requisitos legais, foi admitido no quinto ano do ensino fundamental da escola pública XYZ, no âmbito do Estado *Alfa*.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que a admissão de Matheus na escola pública XYZ se deu por meio de um ato administrativo

- (A) de verificação.
- (B) enunciativo.
- (C) ordinatório.
- (D) normativo.
- (E) negocial.

6. (FCC - 2021)

Distinguem-se as atividades materiais e as manifestações de vontade da Administração Pública porque

- (A) das primeiras não decorrem efeitos jurídicos, enquanto as manifestações de vontade vinculam e responsabilizam a Administração Pública.
- (B) as primeiras podem ser classificadas como atos administrativos de efeitos concretos, enquanto as manifestações de vontade são exaradas no contexto dos negócios jurídicos firmados com a Administração Pública.
- (C) as primeiras podem ser fatos administrativos

e, embora possam produzir efeitos jurídicos, não veiculam manifestação de vontade da Administração Pública, característica dos atos administrativos.

(D) as primeiras não estão sujeitas a controle por parte da Administração Pública e de órgãos externos, considerando que de sua prática não decorrem efeitos jurídicos ou impacto na esfera jurídica dos administrados.

(E) as primeiras são sempre unilaterais, enquanto as manifestações de vontade da Administração Pública são bilaterais, complexas ou compostas.

7. (FGV - 2024)

No exercício de suas atribuições relacionadas ao controle interno, Mirela, servidora estável da Câmara dos Deputados, foi questionada acerca da eventual possibilidade de revogação nas seguintes hipóteses:

I. deferimento de certo ato administrativo vinculado;

II. ato precluso em determinado processo administrativo;

III. ato administrativo cujo prazo já expirou.

Nesse contexto, Mirela respondeu corretamente que são irrevogáveis as situações constantes em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

8. (FCC - 2022)

Suponha que determinado agente público tenha outorgado permissão de uso de um imóvel pertencente à Administração Pública, indicando, como motivo exclusivo para tal ato, a necessidade de obras de emergência não passíveis de serem arcadas com os recursos orçamentários disponíveis. Nesse contexto, a permissão foi outorgada em caráter precário e não oneroso, atribuindo ao particular apenas a obrigação de manutenção do imóvel em condições de uso e segurança. Subsequentemente, restou comprovado que tais obras não eram sequer necessárias e que o imóvel estava em perfeito estado de conservação e poderia, inclusive, ser utilizado para instalação de um posto de saúde. Referido ato administrativo

DIREITO PENAL

1. (2022)

Insatisfeito com uma disputa acirrada num jogo de futebol, Ares, que contava com 17 anos e 11 meses de vida, aguarda a saída de Príapo de um curso preparatório, sequestrando seu desafeto, mantendo-o em cárcere privado por dois meses, quando o cativo é descoberto pela polícia e a vítima é resgatada.

De acordo com o Código Penal, Ares deverá:

- (A) responder pelo crime, em razão da teoria do resultado;
- (B) responder pelo crime, em razão da teoria mista;
- (C) responder pelo crime, em razão da teoria da ação;
- (D) não responder por crime, em razão da teoria da ubiquidade;
- (E) não responder por crime, em razão da teoria da atividade.

2. (2025)

A respeito do concurso aparente de normas, é correto afirmar que:

- (A) Na relação de especialidade entre duas normas, prevalecerá a norma cujo preceito secundário preveja a maior pena.
- (B) O princípio da especialidade expressa uma relação de gênero e espécie entre as normas em conflito, ao passo que o princípio da subsidiariedade expressa uma relação de continente e conteúdo e, nesse último, a norma prevalente é obrigatoriamente mais grave.
- (C) O agente que pratica dois ou mais núcleos do tipo penal responde apenas por um crime, graças à aplicação do princípio da absorção.
- (D) A punição exclusivamente pelo crime de descaminho, quando o crime de falso naquele se exaure, é hipótese de aplicação do princípio da subsidiariedade.
- (E) Crime progressivo, sinônimo de progressão criminosa, é exemplo da aplicação do princípio da consunção.

3. (2022)

Nos crimes de ação múltipla ou conteúdo variado, a prática, pelo agente, de mais de um núcleo da mesma norma penal incriminadora no mesmo contexto fático implica crime único em razão do princípio da:

- (A) especialidade;
- (B) subsidiariedade;
- (C) consunção;
- (D) absorção;
- (E) alternatividade.

4. (FCC - 2021)

Sobre o iter criminis é correto afirmar que

- (A) a cogitação é impunível, salvo em casos de milícia privada armada, grupo ou esquadrão.
- (B) o ato preparatório, por constituir uma antecipação da tutela penal, não admite tipificação própria no Código Penal.
- (C) o exaurimento, por se dar após a consumação da pena, não pode interferir na aplicação da pena, pois é incapaz de modificar o desvalor da ação.
- (D) a consumação do crime formal requer o resultado naturalístico, pois dele depende a efetiva violação do bem jurídico.
- (E) a tentativa só pode se configurar na presença do dolo de consumação do delito.

5. (2022)

João decide matar seu desafeto José. Sabendo que José possui uma casa de campo longe da cidade, isolada de outras casas, distante de tudo, João decide ir até o local para concretizar sua intenção assassina.

João chega ao local e, acreditando que seu desafeto José estava dormindo em casa, projeta seu carro em alta velocidade na direção do quarto de José, com a intenção de causar sua morte. João fica gravemente ferido, deixando o local e sendo atendido no hospital, onde confessa sua conduta afirmando que matara José. Contudo, José havia saído cedo de casa para correr pelo campo e, ao retornar, vê sua casa parcialmente destruída.

AMOSTRA

Assinale a opção que indica a responsabilidade penal de João.

- (A) Tentativa de homicídio.
- (B) Nenhum crime.
- (C) Crime de dano.
- (D) Lesão corporal.
- (E) Tentativa de homicídio qualificado.

6. (2025)

Durante uma operação da Polícia Federal para reprimir o garimpo ilegal em terra indígena demarcada, os agentes públicos foram surpreendidos por disparos de arma de fogo vindos da floresta. Houve troca de tiros e o garimpeiro Antônio foi morto. A perícia constatou que o disparo que matou Antônio partiu da arma portada pelo policial Luiz, que alegou ter atirado em direção à área de onde vieram os disparos, mesmo sem identificar visualmente os alvos, pois acreditou estar sob ataque. Luiz foi denunciado por homicídio culposo e sua defesa sustenta a ocorrência de estado de necessidade e legítima defesa putativa. Sobre essa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- (A) A legítima defesa putativa exclui a ilicitude da conduta, desde que o agente tenha atuado com base em erro invencível sobre a existência de agressão.
- (B) A configuração do estado de necessidade exige que o bem sacrificado seja sempre de valor idêntico ao do bem protegido, o que não ocorre na hipótese de morte humana.
- (C) A legítima defesa putativa é irrelevante no homicídio culposo, pois o dolo é pressuposto para a sua aplicação.
- (D) Luiz poderá ser absolvido se restar comprovado que, nas circunstâncias, o erro sobre a situação justificante era escusável, ainda que o perigo fosse apenas suposto.
- (E) A exclusão da ilicitude por legítima defesa real depende da comprovação de que Antônio portava arma de fogo no momento do disparo.

7. (FCC - 2021)

O erro

- (A) sobre a pessoa leva à punição do agente desconsiderando-se as condições ou qualidades da vítima.
- (B) de tipo, quando evitável, exclui a culpa como elemento subjetivo do tipo.

(C) de proibição é a negação da representação exigida pelo dolo.

(D) sobre as circunstâncias fáticas das causas de justificação, se evitável, conduz à redução da pena na terceira fase de aplicação.

(E) na execução, quando inevitável, exclui a culpabilidade por inexigibilidade de conduta diversa.

8. (2024)

No momento da prolação de sentença condenatória, após a juntada das alegações finais do Ministério Público e da defesa técnica, o juiz verifica que o acusado ostenta diversas anotações em sua Folha de Antecedentes Criminais, dentre as quais três são caracterizadoras de reincidência. Referem-se a condenações definitivas pela prática dos delitos de extorsão (Art. 158 do Código Penal), estupro de vulnerável (Art. 217-A do Código Penal) e corrupção de menores (Art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente).

Considerando a classificação dos crimes quanto ao resultado, a extorsão, o estupro de vulnerável e a corrupção de menores são, respectivamente, crimes:

- (A) material, formal e de mera conduta;
- (B) formal, material e de mera conduta;
- (C) formal, material e material;
- (D) material, material e formal;
- (E) formal, material e formal.

9. (2022)

Dentro da teoria geral do crime, entende-se por “crimes de empreendimento” aqueles em que:

- (A) todas as elementares do tipo penal precisam ser praticadas para que o resultado seja alcançado;
- (B) o agente pratica os atos de execução, mas a configuração do crime depende da colaboração da própria vítima;
- (C) há exigência de reiteração da conduta e finalidade de obtenção de lucro;
- (D) o legislador equipara a forma tentada à forma consumada do delito, prevendo a mesma pena para ambas as modalidades;
- (E) o crime é cometido por meio da profissão lícita do agente, como meio para realizar uma conduta criminosa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (2021)

Ao atuar perante a Vara da Infância e Juventude, apresenta argumento fundamentado expressamente em lei ou em jurisprudência dominante dos tribunais superiores, o Defensor Público que, na defesa

- (A) do adolescente internado, em favor de quem o programa socioeducativo sugeriu em relatório a extinção de internação, alega que o juiz está vinculado a decidir nos termos do relatório favorável.
- (B) do pai, de cujo convívio o filho pequeno foi afastado por suspeita de agressão por ele praticada, alega serem lícitos castigos físicos aos filhos, desde que moderados e com propósito educativo.
- (C) da mãe, à qual se imputa a exclusiva responsabilidade por não ter comparecido às consultas de pós-parto de seu filho, alega que o Estado foi igualmente omissivo, já que lhe caberia fazer a busca ativa da puérpera.
- (D) dos pais, aos quais se atribui a grave omissão de não matricular os filhos em escola de ensino fundamental, alega que o ensino domiciliar foi declarado constitucional e pode ser aplicado antes mesmo de sua regulamentação.
- (E) do adolescente, em face de quem se propõe a prorrogação da medida de liberdade assistida por infrequência escolar, alega que o comparecimento à escola não integra o conteúdo da medida.

2. (2025)

O tempo máximo, em regra, para permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional, segundo o ECA é de

- (A) 6 (seis) meses.
- (B) 12 (doze) meses.
- (C) 18 (dezoito) meses.
- (D) 24 (vinte e quatro) meses.
- (E) 30 (trinta) meses.

3. (2024)

Paulo tem 35 anos, e está internado porque sofreu um infarto do miocárdio. Temendo morrer, pediu ao médico que o deixasse ver sua filha de 5 anos. O médico atesta que, do ponto de vista clínico, Paulo não oferece risco à saúde da filha.

A respeito desse caso hipotético, o Estatuto da Criança e do Adolescente determina que

- (A) menores de 16 anos não poderão visitar parentes internados devido ao risco que os hospitais acarretam à sua saúde.
- (B) incumbe ao poder público garantir o acesso da criança e do adolescente a parentes internados, após ouvir o médico.
- (C) será garantido à criança e ao adolescente o direito de visitação à mãe ou ao pai internados em instituição de saúde.
- (D) os hospitais — públicos ou privados — deverão possuir lugar apropriado para crianças e adolescentes visitarem seus pais internados.
- (E) os estabelecimentos de atendimento à saúde deverão proporcionar condições para a permanência, em tempo integral, de filhos menores, nos casos de internação dos pais.

4. (2024)

Compreende-se por guarda compartilhada a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns.

De acordo com a Lei nº 13.058, de 22 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a aplicação da guarda compartilhada, é **correto** afirmar que:

- (A) o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma idêntica e alternada entre a mãe e o pai;
- (B) a guarda compartilhada será aplicada, sempre que possível, quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho;
- (C) a guarda unilateral será atribuída ao genitor que revele maior competência para propiciar aos filhos afeto nas relações com o grupo familiar;

AMOSTRA

(D) o estabelecimento público ou privado de ensino que não prestar informações a um dos genitores receberá advertência para justificar tal restrição à autoridade judicial;

(E) o juiz, para estabelecer as atribuições do pai e da mãe e os períodos de convivência sob guarda compartilhada, poderá basear-se em orientação técnico-profissional, que deverá visar à divisão equilibrada do tempo com o pai e com a mãe.

5. (2022)

Depois que Antônio perdeu a esposa num acidente de carro, caiu em profunda depressão, tornando-se incapaz de cuidar dos filhos de 2 e 3 anos, os quais, nos primeiros meses, ficaram sob a responsabilidade da tia materna na expectativa de que o pai se recuperasse o quanto antes. Mas Antônio não dava sinal de melhora, e a tia já não tinha mais condições materiais e de saúde para seguir cuidando dos sobrinhos, situação inclusive constatada pelo Conselho Tutelar. Por essa razão, tomados por grande sofrimento, o pai e a tia, na ausência de outro parente que pudesse assumir a tarefa, decidiram entregar as crianças em adoção, procedendo às formalizações de praxe junto ao juiz da Vara da Infância e Juventude. Dois anos depois, entretanto, Antônio se recupera, retoma sua profissão e decide reassumir a criação dos filhos, consciente das dificuldades que iria enfrentar.

Uma vez que as crianças já estavam sob a guarda de uma família, cumprindo estágio de convivência em processo de adoção, as chances de Antônio são:

- (A) nulas, já que a adoção é medida irrevogável;
- (B) nulas, já que o pressuposto de um processo de adoção é a destituição do poder familiar dos pais biológicos, medida irrevogável;
- (C) plausíveis, já que a família biológica tem precedência sobre a família acolhedora;
- (D) nulas, uma vez que o critério prevalecente são os vínculos afetivos e emocionais já constituídos entre os adotantes e os adotandos;
- (E) plausíveis, uma vez que a irrevogabilidade da adoção só se instaura mediante sentença transitada em julgado.

6. (2024)

Marcelo vive com sua família, tem 15 anos, nunca frequentou a escola e é analfabeto. Essa situação caracteriza

- (A) abuso físico.
- (B) negligência física.
- (C) negligência emocional.
- (D) negligência educacional.
- (E) abuso emocional.

7. (2024)

Para que se efetivem os direitos das crianças e dos adolescentes, amparados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, é preciso considerar que:

I. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

II. Os estados devem assumir, de forma exclusiva, a incumbência de estimular e facilitar a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

III. A criança e o adolescente têm direito ao atendimento no ensino fundamental, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

IV. O Estado deve assegurar à criança e ao adolescente o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

Está **correto** o que se afirma apenas em:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I, II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) I, III e IV.

DIREITO PENAL MILITAR

1. (2025)

João e Matheus, policiais militares do Estado Alfa, mediante emprego de arma de fogo e agindo com dolo, reuniram-se e utilizaram de determinado quartel para uma ação militar, em desobediência a uma ordem superior.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal Militar, é **correto** afirmar que João e Matheus responderão pelo crime de

- (A) omissão de lealdade militar.
- (B) insubmissão.
- (C) conspiração.
- (D) revolta.
- (E) motim.

2. (2025)

Reunirem-se militares armados, agindo contra a ordem recebida de superior, ou negando-se a cumpri-la, configura, em tese, o crime de

- (A) organização de grupo para a prática de violência.
- (B) motim.
- (C) revolta.
- (D) conspiração.
- (E) omissão de lealdade militar.

3. (2024)

João, José e Carlos, militares do Exército Brasileiro, após receberem ordem legal de Petrônio, superior hierárquico, reuniram-se espontaneamente e, mediante o emprego de arma de fogo, negaram-se a cumpri-la.

Registre-se, que, no momento da recusa ao cumprimento da determinação, Márcio, militar subordinado a Petrônio, agindo com dolo e sem dispor de prévio conhecimento sobre os fatos, deixou de utilizar de todos os meios ao seu alcance para impedir o ato criminoso. Nesse cenário, considerando as disposições do Decreto-Lei nº 1.001/1969 (Código Penal Militar), assinale a afirmativa **correta**.

- (A) João, José e Carlos responderão pelo crime de motim. Por sua vez, Márcio praticou o delito de omissão de lealdade militar.

(B) João, José e Carlos responderão pelo crime de conspiração. Por sua vez, Márcio praticou o delito de motim.

(C) João, José e Carlos responderão pelo crime de revolta. Por sua vez, Márcio praticou o delito de omissão de lealdade militar.

(D) João, José e Carlos responderão pelo crime de conspiração. Por sua vez, Márcio praticou o delito de revolta.

(E) João, José e Carlos responderão pelo crime de motim. Por sua vez, Márcio praticou o delito de revolta.

4. (2024)

Lucas e alguns colegas, todos policiais militares, encontraram-se para, dolosamente, ocupar um estabelecimento militar, em detrimento da ordem e da disciplina militar. Contudo, antes da execução do crime e quando ainda era possível evitar-lhe as consequências, Lucas denunciou o ajuste de que participou ao seu superior hierárquico.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal Militar, é **correto** afirmar que a conduta de Lucas caracteriza o crime de

- (A) conspiração, não sendo caso de isenção de pena.
- (B) conspiração, sendo caso de isenção de pena.
- (C) revolta, não sendo caso de isenção de pena.
- (D) revolta, sendo caso de isenção de pena.

5. (2024)

Riobaldo, sargento da Polícia Militar de um estado da região Sudeste, inconformado com o que entendia ser um volume excessivo de trabalho imposto pelo comandante do Batalhão no qual estava lotado, concertou-se com outros 25 militares da mesma unidade para paralisarem por um dia seu serviço de patrulhamento, exigindo do comandante-geral da corporação a exoneração do comandante do batalhão.

Para tanto, decidiram, quando da assunção do serviço, postarem-se sentados no chão, em frente ao portão principal da unidade, impedindo a entrada

AMOSTRA

ou a saída das viaturas utilizadas no patrulhamento ostensivo. Visando a afirmar o caráter pacífico do movimento, Riobaldo e seus companheiros concordaram em estar desarmados e em trajas civis no momento do planejado protesto.

No dia marcado, ao se deparar com a ação de seus subordinados, o comandante do Batalhão, coronel Ramiro, em três oportunidades, dirigiu ordem direta aos policiais militares para que cessassem com o protesto e retomassem imediatamente seus afazeres, liberando a entrada principal da unidade. Tal determinação, no entanto, foi expressamente rechaçada pelos subordinados, afirmando que não liberariam a circulação das viaturas nem assumiriam suas funções normais naquele dia. Diante disso, o coronel Ramiro advertiu que iria mobilizar o restante de sua tropa, cerca de 90 homens, para retirar à força Riobaldo e seus colegas de farda. Ato contínuo, surpreendendo Riobaldo e os demais companheiros, o cabo Hermógenes, liderando mais 4 militares, exibiu para o comandante armas de fogo que, até então, traziam escondidas sob suas vestes, dando a entender que iriam resistir a qualquer medida de força por ventura determinada.

Diante do acima exposto, é **correto** afirmar, em relação à conduta dos militares que protestavam, que:

- (A) Riobaldo e seus companheiros praticaram o crime de conspiração, previsto no Art. 152 do Código Penal Militar, uma vez que se concertaram para a prática do crime de motim (Art. 149 do Código Penal Militar);
- (B) Riobaldo e todos os demais praticaram o crime de motim, na modalidade prevista no inciso I do Art. 149 do Código Penal Militar, uma vez que se negaram a cumprir uma ordem direta de seu superior hierárquico e não houve o efetivo emprego do armamento por parte daqueles que se encontravam armados;
- (C) Riobaldo e todos os policiais militares que se encontravam desarmados praticaram o crime de motim, na modalidade prevista no inciso I do Art. 149 do Código Penal Militar, uma vez que se negaram a cumprir uma ordem direta de seu superior hierárquico, enquanto Hermógenes e os outros quatro militares que se encontravam armados (circunstância não abrangida pelo dolo dos demais) irão responder pelo crime de revolta, previsto no parágrafo único do mesmo Art. 149;

(D) Riobaldo e todos os policiais militares praticaram o crime de revolta, previsto no parágrafo único do Art. 149 do Código Penal Militar, uma vez que negaram a cumprir uma ordem direta de seu superior hierárquico, comunicando-se a todos a circunstância de Hermógenes e dos outros quatro militares que se encontravam armados;

(E) Riobaldo e todos os demais policiais militares incidiram em infração disciplinar de natureza grave, uma vez que, conforme a doutrina e a jurisprudência, o lapso temporal do referido protesto não foi suficiente para caracterizar o crime de motim ou de revolta.

6. (2022)

Sargento Louise deu ordem para que os policiais militares recém-empossados permanecessem no quartel aguardando instruções para um treinamento de policiamento ostensivo. Agindo de forma contrária à determinação recebida pela superior, o Soldado Prima e o Soldado Flores reuniram um grupo de seis militares no bar ao lado do quartel, e passaram a criticar sua superior hierárquica de forma desrespeitosa.

Nessa situação hipotética, os soldados militares

- (A) praticaram o crime de motim.
- (B) praticaram o crime de omissão de lealdade.
- (C) praticaram o crime de revolta.
- (D) praticaram o crime de insubmissão.
- (E) estavam corretos ao negar-se a cumprir a ordem da Sargento Louise, pois a ordem é ilegal por violar o direito constitucional de ir e vir.

7. (2021)

Sobre os crimes contra a autoridade ou a disciplina militar, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O crime de motim não pode ser cometido por civil.
- (B) A diferença entre motim e revolta é que, no crime de revolta, os agentes estão armados.
- (C) É crime militar usar, indevidamente, uniforme, distintivo ou insígnia a que o militar não tenha direito.
- (D) Recusar-se a obedecer a uma ordem do superior sobre assunto ou matéria de serviço, ou a dever imposto em lei, regulamento ou instrução, é crime previsto no CPM.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

1. (2024)

Luiz, sargento da Polícia Militar do Estado de São Paulo, agindo com dolo, deixou de apresentar-se no momento da partida da aeronave de que é tripulante.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal Militar, é **correto** afirmar que Luiz responderá pelo crime de

- (A) abandono de posto, com a incidência de uma causa de aumento de pena, pois a conduta foi praticada por sargento.
- (B) deserção especial, com a incidência de uma causa de aumento de pena, pois a conduta foi praticada por sargento.
- (C) deserção qualificada, pois a conduta foi praticada por sargento.
- (D) deserção especial, sem causas de aumento de pena.

2. (2023)

Analise as assertivas abaixo:

I. na mesma pena do crime de deserção incorre o militar que consegue exclusão do serviço ativo ou situação de inatividade, criando ou simulando incapacidade.

II. se a deserção ocorre em unidade estacionada em fronteira ou país estrangeiro, a pena será aplicada em dobro.

III. se o agente se apresenta voluntariamente dentro em 15 dias após a consumação do crime de deserção, a pena é diminuída de metade.

IV. no crime de deserção, embora decorrido o prazo da prescrição, esta só extingue a punibilidade quando o desertor atinge a idade de quarenta anos e, se oficial, a de sessenta.

De acordo com o que estabelece o Código Penal Militar sobre o crime de deserção, está **correto** o que se afirma **APENAS** em

- (A) II e III.
- (B) I e IV.
- (C) I e II.
- (D) II e IV.
- (E) I e III.

3. (2022)

Comete o crime de deserção o militar que (A) inicia serviço de natureza privada, quando a intenção do agente é expressamente a mobilidade profissional.

(B) se ausenta, por mais de oito dias, sem licença para tanto, de onde serve ou de onde deve permanecer.

(C) deixa de comparecer à unidade onde serve, sem licença, dispensa ou justa causa.

(D) deixa de se apresentar à missão ou de desempenhá-la, quando lhe foi confiada.

(E) deixa de se apresentar à incorporação, no prazo estipulado, quando convocado.

4. (2022)

Suponha que determinado soldado tenha-se ausentado, sem licença, da unidade militar em que servia, consumando o crime de deserção no dia 5 de outubro de certo ano. Nesse caso, o dia em que a autoridade militar competente verificou a falta e ausência desse soldado foi

- (A) 25 de setembro.
- (B) 27 de setembro.
- (C) 26 de setembro.
- (D) 28 de setembro.
- (E) 24 de setembro.

5. (2021)

O Sd. Calvino estava escalado para fazer a vigilância do paiol de munições do seu quartel no dia 01/01/2017. No entanto, ele, sem avisar aos seus superiores, não compareceu ao quartel no dia 01/01/2017.

Sobre o ocorrido, é **correto** afirmar que o Sd. Calvino cometeu

- (A) uma transgressão disciplinar.
- (B) o crime de deserção especial, previsto no Aer. 190 do CPM.
- (C) o crime militar de insubmissão, previsto no Art. 183 do CPM.

AMOSTRA

(D) o crime militar de omissão de vigilância, previsto no Art. 373 do CPM.

(E) o crime de abandono de posto ou serviço, previsto no Art. 195 do CPM.

6. (UNEB - 2025)

Durante um patrulhamento, o Soldado Antônio avistou um indivíduo tentando arrombar a porta de um comércio. O suspeito foi detido no momento da tentativa de invasão. Qual tipo de flagrante foi configurado nessa situação?

(A) Flagrante próprio.

(B) Flagrante diferido.

(C) Flagrante impróprio.

(D) Flagrante forjado.

(E) Flagrante presumido.

7. (2025)

Lucas comparece à sede da Justiça Federal no Município de Belo Horizonte/MG, para ser ouvido na qualidade de réu em uma ação penal em curso. Ao encontrar a vítima no corredor da repartição pública, Lucas dela se aproxima e começa a ameaçá-la de morte, com o objetivo de influenciar o conteúdo das suas declarações em juízo. Registre-se que, enquanto a infração penal está sendo cometida, a conduta é visualizada por Matheus, policial federal de serviço, e por Caio, particular que aguarda a sua esposa no corredor do fórum.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, Lucas está em flagrante:

(A) presumido, sendo certo que Matheus, na qualidade de policial, deverá prendê-lo, enquanto Caio, particular, poderá proceder à prisão flagrancial;

(B) impróprio, sendo certo que Matheus, na qualidade de policial, deverá prendê-lo, enquanto Caio, particular, poderá proceder à prisão flagrancial;

(C) próprio, sendo certo que Matheus, na qualidade de policial, deverá prendê-lo, enquanto Caio, particular, poderá proceder à prisão flagrancial;

(D) próprio, sendo certo que Matheus, na qualidade de policial, e Caio, particular que presencia a conduta, deverão proceder à prisão flagrancial;

(E) presumido, sendo certo que Matheus, na qualidade de policial, e Caio, particular que presencia a conduta, poderão proceder à prisão flagrancial.

8. (2025)

De acordo com o Código de Processo Penal, apresentado o preso à autoridade competente, esta ouvirá o condutor e colherá, desde logo, sua assinatura, entregando-lhe cópia do termo e recibo de entrega do preso. Em seguida, procederá à oitiva das testemunhas que o acompanharem e ao interrogatório do acusado sobre a imputação que lhe é feita, colhendo, após cada oitiva suas respectivas assinaturas, lavrando, a autoridade, afinal, o auto.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() A falta de testemunhas da infração não impedirá o auto de prisão em flagrante; mas, nesse caso, com o condutor, deverão assiná-lo pelo menos duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.

() Quando o acusado se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo, o auto de prisão em flagrante será assinado por duas testemunhas, que tenham ouvido sua leitura na presença deste.

() Da lavratura do auto de prisão em flagrante deverá constar a informação sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) F – F – F.

(B) V – F – V.

(C) F – V – F.

(D) V – V – F.

(E) V – V – V.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

